

“Pós de verdade” e jornalismo em Mato Grosso:

uma análise sobre o site FolhaMax [1]

Thiago Cury Luiz¹ e Nayara Fernanda Takahara da Cruz Carvalho²

Resumo

Os métodos canônicos do Jornalismo, como pesquisa documental e entrevista, são centrais ao ofício no cumprimento do seu papel junto à sociedade e à democracia. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é demonstrar a ocorrência de “pós de verdade” (Zamith, 2019) gerados pela lógica do “jornalista sentado” (Neveu, 2006) na relação entre a produção de *relises* pela assessoria de comunicação do governo do estado de Mato Grosso e a veiculação de matérias sobre o referido órgão público no site jornalístico FolhaMax. Para tanto, tendo como recorte temporal da pesquisa os 31 dias do mês de janeiro de 2023, lançamos mão da análise de conteúdo (Bardin, 2002) enquanto método de investigação, em vertente qualitativa e quantitativa. A partir deste substrato metodológico, discriminamos cinco categorias analíticas, quais sejam: título; linha fina; assinatura; conteúdo (foto e texto) e crédito (autoria). Observamos uma alta incidência de reprodução dos *relises*, pressupondo a prática do “jornalista sentado” e do jornalismo declaratório e descontextualizado. Com isso, ao transformar o *relise* em conteúdo publicável, em vez de sugestão de pauta, o jornalismo, seja por escassez de recursos, precarização do trabalho, déficit técnico ou falência deontológica, compromete a cidadania e a lógica democrática.

Palavras-chave

Assessoria de imprensa; Jornalismo; Pós de verdade; Jornalista Sentado; FolhaMax.

¹ Doutor em Educação, mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social/habilitação em Jornalismo. Professor Adjunto III do Departamento de Comunicação e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: thiago.lui@ufmt.br.

² Mestra em Comunicação e Bacharela em Comunicação Social/habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: nayaratakahara@gmail.com.

“Powders of truth” and journalism in Mato Grosso:

an analysis of the FolhaMax website

Thiago Cury Luiz¹ and Nayara Fernanda Takahara da Cruz Carvalho²

Abstract

Canonical methods of journalism, such as documentary research and interviews, are central to the profession in fulfilling its role within society and democracy. In this sense, the aim of this study is to demonstrate the occurrence of “truth dust” (Zamith, 2019) generated by the logic of the “sitting journalist” (Neveu, 2006) in the relationship between the production of press releases by the communications department of the state government of Mato Grosso and the dissemination of articles about this public agency on the journalistic site FolhaMax. To achieve this, using the 31 days of January 2023 as the timeframe for the research, we employed content analysis (Bardin, 2002) as our investigative method, both qualitatively and quantitatively. Based on this methodological substrate, we identified five analytical categories: headline; subheadline; byline; content (photo and text); and credit (authorship). We observed a high incidence of reproduction of press releases, implying the practice of the “sitting journalist” and declarative and decontextualized journalism. By turning the press release into publishable content rather than a story suggestion, journalism—whether due to resource scarcity, job precariousness, technical deficits, or ethical failures—compromises citizenship and democratic logic.

Keywords

Press office; Journalism; Truth Dust; Sitting Journalist; FolhaMax.

¹ Doutor em Educação, mestre em Comunicação e Bacharel em Comunicação Social/habilitação em Jornalismo. Professor Adjunto III do Departamento de Comunicação e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: thiago.lui@ufmt.br.

² Mestra em Comunicação e Bacharela em Comunicação Social/habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: nayaratakahara@gmail.com.

Introdução

A função do jornalista tem papel de destaque no regime democrático. Nesta época de múltiplas convulsões, tanto no campo político quanto no social, é difícil imaginar qualquer atuação de governo que não tenha ampla cobertura jornalística. Na outra ponta da interlocução está o assessor de imprensa, também jornalista, que, em nome do assessorado, distribui as informações de interesse da sociedade e, no caso da comunicação pública institucional, colabora com o trabalho do governo de prestar contas de seus atos à população.

A assessoria de imprensa tem como papel auxiliar no processo de aproximação entre os veículos de comunicação e o órgão, atuando como mediadora desta relação. Um dos principais produtos da assessoria é o *relise*, que, no inglês original – *press release* –, significa material liberado para a imprensa e que pode servir de pauta para jornalistas.

No entanto, quando a sugestão de pauta é veiculada como notícia, e não a base ou o ponto de partida para a construção de uma matéria, o jornalista publica a palavra oficial como verdadeira, sem o exame crítico e independente, e divulga ao leitor uma informação enviesada, a qual muitas vezes não reflete a realidade, denominando-se “jornalismo declaratório” (Zamith, 2019, p. 159).

O fato é que a prática atual do jornalismo, ambientado no ciberjornalismo ou jornalismo on-line, tem se notabilizado por uma produção aquém dos parâmetros técnicos e éticos e, grande parte, reduziu-se à “pós de verdade”, conforme Zamith (2019), e a um fazer jornalístico mais orientado e “sentado”, complementa Neveu (2006).

Guiada por essas questões, esta pesquisa centrou-se no atual cenário mato-grossense de produção e divulgação de notícias, considerando que as assessorias de imprensa do Poder Executivo estadual disseminam informações de interesse da sociedade por meio de *relises*, os quais são inseridos com facilidade nas editorias da imprensa local, em especial no site de notícias FolhaMax, nosso objeto de estudo.

Partindo desses contextos, se os governos empregam a comunicação governamental (Haswani, 2006) para falar só boas notícias de si mesmos, ocultando informações desfavoráveis, e se a imprensa abdica de seu dever de fazer um trabalho investigativo e vale-se apenas dos *relises* distribuídos pelas assessorias, temos os seguintes problemas de pesquisa: de que forma o site FolhaMax se apropria dos *relises* produzidos pelas assessorias do governo de Mato Grosso? Em que medida este trabalho pode ser caracterizado como “pós de verdade” (Zamith, 2019) e “jornalista sentado” (Neveu, 2006)?

Nesse sentido, a hipótese lançada neste estudo é a de que o site FolhaMax reproduz na íntegra os *relises* do governo do estado, bem como contribui com a veiculação de “pós de verdade” ao praticar um “jornalismo sentado” e voltado à

publicidade das ações do governo. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar a ocorrência de “pós de verdade” (Zamith, 2019) gerada pela lógica do “jornalista sentado” (Neveu, 2006) na relação visivelmente dependente das redações de jornalismo dos relises das assessorias de imprensa, particularmente, entre o governo do estado de Mato Grosso e o site FolhaMax.

A metodologia está amparada na análise de conteúdo (Bardin, 2002), com o estabelecimento de categorias de análise, a partir dos componentes genéricos e estruturantes dos textos, e de categorias em que os resultados serão enquadrados, com base em Zamith (2019). A amostra contempla 60 unidades de registro, sendo 30 *relises* do governo de Mato Grosso e 30 notícias do site FolhaMax, publicados entre 1º e 31 de janeiro de 2023 e coletados manualmente.

O presente artigo apresenta, logo a seguir, uma discussão teórica sobre os eixos que perpassam o estudo. Depois, aborda conceitualmente a análise de conteúdo, método condutor desta produção, além do corpus da pesquisa e as categorias analíticas e de resultados. A seção posterior apresenta e discute os resultados da investigação, à luz da bibliografia consultada, das inferências e interpretações propostas e das categorias criadas. Por fim, fazemos algumas considerações a respeito do trabalho, projetando outras investigações que possam contribuir para as discussões sobre o fazer jornalístico.

Conceitos centrais da pesquisa

O conceito central desta pesquisa é o de “pós de verdade” (Zamith, 2019). Segundo o autor, trata-se de “notícias que têm apenas um pouco de verdade, uns pós de verdade” (Zamith, 2019, p. 155). Neste caso, o termo “pós” não é usado nem no sentido de “depois”, como em “pós-guerra”, nem para se referir ao que vai além, como em “pós-verdade”. No contexto em voga, “pós” é o plural do substantivo “pó” (Zamith, 2019).

“Assim, podemos dizer que ‘pós’ são poeiras, são partículas muito pequenas, são o pouquíssimo que resta de um corpo ou substância” (Zamith, 2019, p. 152). E o autor (2019, p. 152) complementa: “Os pós de que falamos são, ainda, verdade (mais vale pós de verdade do que nenhuma verdade), mas apenas uma pequena parte da verdade”.

Outro conceito relevante desta investigação é o de “jornalista sentado” (*journaliste assis*), utilizado por Neveu (2006), para designar a atual prática jornalística de produção de notícia e de coleta de informações e sobre o qual faz a seguinte referência: “(...) um jornalismo mais orientado ao tratamento (formatação dos textos de outros jornalistas, gênero editorial ou comentário) de uma informação que não é coletada pelo próprio jornalista” (Neveu, 2006, p. 51). “Ao mesmo tempo em que é solitário, o ‘jornalista sentado’ trabalha com uma infinidade de fontes distintas,

muitas delas oferecendo notícias prontas para publicação” (Pereira, 2006, p. 97).

Em resposta a isso, a verdade exige tempo de apuração, de verificação e de ponderação (Silva, 2019). “Nessa perspectiva, a tecnologia deu ao falso o seu trunfo: a velocidade de difusão. [...] Contra a lentidão da verdade, a celeridade do celerado. A tarefa é trazer de volta [o jornalismo] para o terreno da apuração, da verificação e da demonstração” (Silva, 2019, p. 44).

Considerando que a democracia é um arranjo político calcado na tomada de decisões, o debate público deve estar ancorado na verdade factual (Bucci, 2019), e não descontextualizada, sob o risco da liberdade de opinião se tornar uma farsa (Arendt, 1967). Nesse sentido, reivindica-se que o trabalho técnico do jornalismo, como apuração e checagem (Lage, 2008; Pereira Júnior, 2010), esteja vinculado à dimensão ética da profissão, cabendo-lhe a busca pela verdade dos fatos para cumprir a sua função social, que precede à sua vocação empresarial (Bucci, 2000).

Embora qualquer tipo de material informativo encaminhado à imprensa possa ser considerado *relise*, é tradição caracterizá-lo como “o documento estruturado na forma de matéria jornalística” (Duarte, 2009, p. 288). A função básica do material, em consonância com Ferraretto e Ferraretto (2009, p. 70), é levar às redações notícias que possam servir como material de apoio ou sugestão de pauta, “propiciando solicitações de entrevistas ou de informações complementares”. O *relise* apresenta a notícia do ponto de vista da fonte, mas adaptada ao ângulo e formato que aumentem as possibilidades de despertar interesse pelo jornalista e tornar-se notícia nos meios de comunicação.

Caso o conteúdo seja utilizado, provavelmente não será informada ao público a origem da informação (*relise*), nem identificada a autoria do texto (assessor), ainda que divulgado na íntegra, como notícia (Duarte, 2009). A audiência, por sua vez, interpretará a notícia como tendo sido pautada, apurada e editada pelo veículo, inclusive porque desconhece o funcionamento do sistema de informação envolvendo as assessorias e as redações, complementa Duarte (2009). Apesar de identificar e queixar-se de todos os problemas, pondera Duarte (2009), é quase impossível ao jornalista ignorar um bom assunto apresentado em um *relise*.

Os profissionais atuantes em assessoria de imprensa, como jornalistas, têm, antes de tudo, um compromisso com a livre circulação de informações. Por isso, precisam defender fortemente perante seus assessorados a ideia de que “não devem ser impostas barreiras à divulgação de fatos de interesse público, mesmo que eventualmente envolvam situações negativas” (Ferraretto e Ferraretto, 2009, p. 31-32).

O artigo 4º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007, p. 1), especificamente, observa que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”.

No entanto, o cenário atual tem apresentado práticas jornalísticas que se

limitam a reproduzir o *relise* emitido pela assessoria, sem qualquer avanço na apuração das informações, incorrendo em “pós de verdade” (Zamith, 2019). Conforme o autor (2019, p. 148), a produção jornalística voltada para a internet, muitas vezes, contenta-se “com muito pouco, com apenas algumas informações ou declarações soltas, que não são mais do que um pouquinho da verdade que devia transmitir”.

É esse o exato nó que deveria ser desatado com o exercício de investigação e de apuração da notícia. Para o autor (2019, p. 153), compete ao jornalista “procurar e relatar a verdade, e, em conformidade, desmascarar e denunciar quaisquer tentativas (sejam elas de quem forem) de impor à opinião pública uma qualquer ‘pós-verdade’”. No entanto, Zamith (2019) entende que algumas práticas, mencionadas a seguir, conduzem o jornalismo on-line na ratificação do problema, e não no seu enfrentamento.

a apressada publicação sem confirmação; a titulação enganosa à caça de cliques (*clickbait*); o recurso injustificado (e abusivo) a fontes não identificadas; a reprodução acrítica de declarações (“pé-de-microfone”) sem questionamento, sem investigação e sem recurso ao contraditório; a publicação de informações descontextualizadas; o descarado *copy/paste* de notícias dos outros (rapinagem de conteúdos); a reprodução *ipsis verbis* de comunicados de imprensa; a publicação de “conteúdos patrocinados” ao lado de notícias. (Zamith, 2019, p. 148).

Mais adiante, os resultados levantados serão categorizados de acordo com essas práticas do ciberjornalismo propostas por Zamith (2019). Antes apresentamos, do ponto de vista conceitual e procedimental, a metodologia deste trabalho.

Parâmetros metodológicos do estudo

A análise de conteúdo da mídia é um dos métodos mais eficientes para executar o rastreamento de uma civilização, segundo reflexão de Herscovitz (2007). Conforme a estudiosa, por meio de diversos documentos, tais como livros, jornais, revistas, vídeos, filmes, CDs e DVDs, arquivos com discursos, cartas, artefatos e afins, seria possível inferir sobre aquilo que ficou registrado, com o intuito de interpretar a vida da época (Herscovitz, 2007).

Em face dos objetivos desta análise, o “acontecimento” foi tomado como unidade de registro (Bardin, 2002, p. 109). Os *relises* divulgados pelas assessorias de imprensa do governo do estado e republicados pelo site FolhaMax, coletados no mês de janeiro de 2023, foram definidos como unidades de registro, em um total de 60 (um *relise* e uma notícia por dia, com exceção de um dia em que não houve veiculação), aptas a elucidar a realidade inferida como hipótese, qual seja: o site FolhaMax reproduz na íntegra os *relises* do governo do estado, bem como contribui com os “pós de verdade” (Zamith, 2019) ao praticar um “jornalismo sentado” (Neveu, 2006) e voltado à publicidade das ações do governo.

O recorte temporal do estudo se justifica pela escolha de um ano que não fosse eleitoral, como o de 2022, podendo alterar a amostra em função dos acontecimentos relativos ao escrutínio. De todo modo, em observações exploratórias realizadas em períodos distintos, a tônica não foi substancialmente diferente da identificada neste estudo, sendo a reprodução de relise mais uma praxe do que um recurso contingencial.

Os dados, “resultados brutos”, foram coletados manualmente e tratados de maneira a serem “falantes e válidos” (Bardin, 2002, p. 101). Assim, lançamos mão de estatísticas simples e algumas mais complexas com quadros de resultados, figuras e modelos que condensam as informações fornecidas pelas análises.

De modo a facilitar a compreensão do objeto de análise, foram dispostos todos os dados empíricos catalogados ao longo dos 31 dias de janeiro de 2023. Em apenas um dia não houve a veiculação de *relise*. Para cada material coletado, a análise ocorreu sob cinco categorias: título; linha fina; assinatura; conteúdo (foto e texto) e crédito (autoria).

Esses elementos genéricos e estruturantes das 60 unidades de registro da pesquisa apresentam-se nesta investigação como categorias por meio das quais analisaremos dados, elaborando inferências e interpretações a partir dos fenômenos observados (Bardin, 2002). Pela limitação do espaço para a redação deste artigo, apenas algumas unidades de registro serão mencionadas na seção seguinte, quando da análise qualitativa, a título de ilustração dos resultados e discussões que iremos propor.

Em relação ao conteúdo dos *relises* e matérias, serão propostas análises quali-quantitativas, com o objetivo de identificar as deficiências do conteúdo jornalístico, sugerindo alternativas de apuração que pudessem suprimir ou, ao menos, atenuar a incisão de “pós de verdade” do jornalismo praticado pelo site FolhaMax.

Por fim, os resultados serão categorizados a partir das incidências de “pós de verdade” no ciberjornalismo, definidas por Zamith (2019), dentre as quais se destacam: [i] a apressada publicação sem confirmação; [ii] a reprodução acrítica de declarações (“pé-de-microfone”) sem questionamento, sem investigação e sem recurso ao contraditório; [iii] o descarado *copy/paste* de notícias dos outros (rapinagem de conteúdos) e [iv] a reprodução *ipsis verbis* de comunicados de imprensa.

Apresentação e discussão dos resultados

Em um paralelo genérico entre os *relises* e as notícias, das 30 matérias publicadas pelo FolhaMax, cinco não tiveram qualquer tipo de alteração, enquanto as outras 25 apresentaram modificações. Destas, apenas uma trouxe informações complementares ao conteúdo, enquanto as outras 24 sofreram adequações apenas no título. No geral, não houve atualização ou qualquer tipo de aprofundamento das informações divulgadas, mantendo-se o padrão de mera reprodução *ipsis verbis* do

relise das assessorias e reprodução acrítica dos comunicados da imprensa (Zamith, 2019) do governo de Mato Grosso.

Tomando como referência as unidades de registro de 1º de janeiro de 2023 (Rodrigues, 2023a; MT, 2023a), para fins de análise qualitativa, é possível notar que houve uma sutil adequação na chamada do FolhaMax, inclusive com a supressão do nome do governador do Estado, procedimento adequado no sentido de não pessoalizar o poder público.

Entretanto, a alteração realizada não interferiu no sentido final da mensagem. A menção ao governador foi realocada para o “chapéu” e tanto o “quê” quanto o “quem” mantiveram-se em destaque antes mesmo de iniciarmos a leitura do primeiro parágrafo da notícia, onde normalmente são respondidas as seis perguntas que servem de base ao lide jornalístico (quem, o quê, quando, onde, por quê e como), conforme Pereira Junior (2010).

No corpo da notícia (incluída a linha fina/subtítulo), houve a reprodução integral do texto, sem qualquer adequação realizada. Isso é tão evidente, que até o erro de digitação do *relise* aparece na matéria publicada no site FolhaMax (ver a retranca intitulada *O Estado que mais analisa Cadastro Ambiental Rural*). No último parágrafo do tópico, o termo "implantação" aparece com dois “is” (iimplantação) (Rodrigues, 2023a; MT, 2023a).

Do ponto de vista da apuração, é importante mencionar que, para cada indicador trazido pelo *relise*, uma matéria jornalística poderia ter sido pautada e apurada. Além disso, muitos dados são trazidos pelo *relise*, sem que o conteúdo jornalístico indique as fontes documentais ou dê o contexto desses índices.

Sobre o primeiro tópico (Recorde em emprego), o FolhaMax poderia, por exemplo, ter entrevistado um economista para entender por que Mato Grosso se destaca no quesito “emprego” na comparação com outros estados, quais setores estão absorvendo a mão de obra e/ou quais são os reflexos desse cenário positivo para a economia local.

Sobre o tópico seguinte (Hospitais), novamente o jornalismo deveria ter ido além ao buscar dados de outros estados para comparar ou até mesmo confirmar a informação de que “nenhum outro estado está com obras em andamento de seis grandes hospitais” (Rodrigues, 2023a; MT, 2023a). Outras fontes também poderiam ter sido entrevistadas, como, por exemplo, médicos e a própria população. A foto da notícia no site FolhaMax também é a mesma utilizada na divulgação do *relise*.

Embora ambos possam ser – e normalmente o são – jornalistas, repórter e assessor distinguem as suas atuações no âmbito da apuração e da checagem. De acordo com o Artigo 12, Inciso I do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007, p. 3), o profissional deve:

ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas.

Em relação à assinatura do conteúdo publicado no site FolhaMax, apenas um material é assinado por jornalista do veículo. As outras 29 publicações são assinadas como “Da Redação”, confirmando a notícia prêt-à-porter (Duarte, 2009) e a prática do jornalismo na fonte (Chaparro, 2009), como é o caso exposto na Figura 2.

Os profissionais das assessorias de imprensa do governo de Mato Grosso não foram citados por suas produções, embora eles assinem os comunicados, o que atesta uma deficiência também na categoria “crédito”. Mas é fato que textos encaminhados por assessores que conquistaram respeito por sua atuação são examinados de forma melhor (Duarte, 2009) e podem transformar-se em pauta a ser apurada ou utilizada na íntegra ou em parte, de acordo com Duarte (2009).

Figura 1 - Print do *relise* publicado pelo site do governo, em 7 de janeiro de 2023.

NOTÍCIAS

POLICIAMENTO

< Batalhão de Trânsito arrecadou R\$ 16,1 milhões em multas em 2022

07 de Janeiro de 2023 às 04:03

Ao todo, 69.893 veículos foram abordados, 38.643 notificações aplicadas, 1.222 veículos removidos e 615 pessoas conduzidas à delegacia

Wellyngton Souza | PMMT



Fonte: Souza (2023).

Figura 2 – Print da matéria publicada pelo site FolhaMax, em 7 de janeiro de 2023.

POLICIAMENTO INTENSIVO
Batalhão de Trânsito
arrecadou R\$ 16,1 milhões
em multas em 2022

Ao todo, 69.893 veículos foram abordados, 38.643 notificações aplicadas, 1.222 veículos removidos e 615 pessoas conduzidas à delegacia

Da Redação

Compartilhar   



O Batalhão de Polícia Militar Trânsito Urbano e Rodoviário (BPMTran) arrecadou mais de R\$ 16,1 milhões em multas aplicadas durante o ano de 2022 em Mato Grosso. A unidade ainda realizou

folhamax.com

Fonte: Batalhão (2023b).

O recurso “Da Redação” é um subterfúgio utilizado pelo site, que não avança na apuração dos materiais enviados pelas assessorias ligadas ao governo estadual e, ao mesmo tempo, fere o direito autoral. Ao não mencionar a pessoa responsável pela redação do texto, o site toma como seu um conteúdo elaborado fora dele, desnudando problemas de ordem técnica, como falta de pesquisa documental e fonte pessoal (Lage, 2008), e ética (Bucci, 2000).

Esse procedimento remete a três categorias propostas por Zamith (2019, p. 148). São elas: “a reprodução acrítica de declarações (“pé-de-microfone”) sem questionamento, sem investigação e sem recurso ao contraditório”; (...) o descarado *copy/paste* de notícias dos outros (rapinagem de conteúdos); a reprodução *ipsis verbis* de comunicados de imprensa”. No comparativo entre a Figura 1 e Figura 2, título e linha fina não sofreram alterações na conversão do relise para notícia.

Vale ressaltar que a única notícia que apresentou a assinatura do jornalista do site FolhaMax – “Entidades de MT repudiam atos golpistas realizados em Brasília” –, trata-se de um compilado de notas de órgãos e entidades públicas sobre a manifestação golpista que ocorreu em 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

Além disso, estamos diante de mais um exemplo de reprodução de *relise*. Título, subtítulo, corpo da notícia e imagem, todos os principais elementos foram copiados, sem questionamentos, sem verificações. Ainda que bem redigida, a sugestão de pauta tornou-se a notícia, contrariando tecnicamente o fazer jornalístico, reafirmando o seu “uso e abuso” (Duarte, 2009).

Como defende Zamith (2014), um *press release* (comunicado de imprensa) é parcial, institucional, sectário; já uma notícia é – assim se espera – factual, imparcial, verdadeira, credível. Neste contexto, “nada melhor para o comunicador político do que chamar de ‘notícia’ uma informação facciosa que quer ‘passar’ para a opinião pública” (Zamith, 2014, p. 3).

No quesito apuração, o site poderia ter comparado os dados anuais (2022-2021) para, ao menos, checar a informação da fonte de que no ano de 2022 o saldo de ações foi positivo. Outra possibilidade teria sido a humanização dos números ao trazer para o texto a opinião da população diante do serviço público prestado pela polícia do estado.

A respeito do horário de publicação dos *relises* e das notícias (Quadro 1), identificamos variação na diferença, sendo cinco deles publicados no site FolhaMax no dia seguinte à veiculação do *relise*. Os outros 25 tiveram veiculação no mesmo dia, com 14 deles com menos de uma hora de diferença. Em dois casos (*), a notícia foi publicada antes do próprio *relise*.

Quadro 1 - Diferença de horário entre a publicação do *relise* e da notícia FolhaMax.

Data	Relise	Notícia	Diferença
01/01/2023	8h00	11h46	3h46min
02/01/2023	16h41	16h44	3min
03/01/2023	16h39	15h26	*
04/01/2023	14h31	15h42	1h11min
05/01/2023	16h45	18h12	1h27min
06/01/2023	11h03	18h34	7h31min
07/01/2023	8h03	8h40	37min
08/01/2023	20h20	9h16	13h04min
09/01/2023	10h18	11h07	49min
10/01/2023	9h30	10h25	55min
11/01/2023	17h00	17h55	55min
12/01/2023	9h42	14h02	28h40min
13/01/2023	11h50	14h02	25h52min
14/01/2023	15h	16h47	1h47min
15/01/2023	-	-	-
16/01/2023	14h35	16h45	2h10min
17/01/2023	17h35	17h42	7min
18/01/2023	11h00	11h36	36min
19/01/2023	15h35	12h08	*
20/01/2023	18h03	18h05	2min
21/01/2023	12h05	12h31	26min
22/01/2023	16h48	17h10	22min
23/01/2023	15h59	00h19	8h18min
24/01/2023	17h53	14h37	20h30min
25/01/2023	14h48	15h26	34min
26/01/2023	17h53	18h26	33min
27/01/2023	16h52	18h20	1h28min
28/01/2023	15h00	16h08	1h08min
29/01/2023	8h05	9h15	1h10min
30/01/2023	18h02	18h22	20min
31/01/2023	11h12	11h15	3min

Fonte: os autores (2023).

Ao expor os horários de publicação do *relise* e da notícia no FolhaMax, dado o pequeno intervalo de tempo entre uma e outra, demonstramos, inicialmente, a ‘apressada publicação sem confirmação’, o que pode gerar “reprodução acrítica de declarações” (Zamith, 2019, p. 148).

Entretanto, observamos que as notícias do FolhaMax seguem o mesmo padrão de “copy/paste” (Zamith, 2019, p. 148) em todas as análises ao examinar mais atentamente que, independentemente do horário de publicação do *relise* (diferença de minutos ou mais de 24h), o tempo não é o fator determinante para a divulgação do material de governo, com apuração e checagem de informações, como determina a deontologia da profissão embasada no tripé “verdade factual – interesse público – relevância” (Bucci, 2000).

O modelo de jornalismo percebido é a mera reprodução e publicidade das informações institucionais, além da alta incidência de reprodução de *relises*, nada mais do que “pós de verdade”, conforme Zamith (2019), e a fazer um jornalismo orientado e “sentado”, de acordo com Neveu (2006).

Importante constar que o asterisco (*), nos dias 3 e 19 de janeiro, indica que a divulgação da notícia no site FolhaMax ocorreu primeiro que a divulgação do *relise*. Para tal ocorrência, há algumas hipóteses, como a de que o *relise* pode ter sido liberado para o FolhaMax de forma antecipada ou de que houve algum problema técnico em um dos sites que justifique o horário adiantado ou atrasado.

Considerações Finais

A disputa por espaço na mídia ocorre por meio da busca de efeitos de viralização. Ou seja, a capacidade de pessoas ou de corporações de comunicação fazerem com que uma informação repercuta, ocupando as discussões, é decisiva para mobilizar a opinião pública. Quanto mais viral, maior a influência na sociedade.

Conscientes da importância do acesso à mídia e do poder que têm junto a ela, as instituições trabalham para serem “lembradas pela imprensa” e, mais do que isso, “para serem reconhecidas como referências” (Monteiro, 2009, p. 146). “A mídia passa a ser a arena ou o campo social no qual esses interesses tornam-se visíveis na batalha pela conquista do apoio da opinião pública” (Monteiro, 2009, p. 147).

O objetivo principal desta investigação foi identificar as ocorrências de pós de verdade do site FolhaMax, geradas pela lógica do “jornalista sentado” (Neveu, 2006), na apropriação dos *relises* produzidos pelas assessorias de imprensa ligadas ao governo de Mato Grosso, tendo em perspectiva os seguintes problemas de pesquisa: de que forma o site FolhaMax se apropria dos *relises* produzidos pelas assessorias do governo de Mato Grosso? Em que medida este trabalho pode ser caracterizado como “pós de verdade”, segundo a definição de Zamith (2019), e proveniente de um trabalho do “jornalista sentado” (Neveu, 2006)?

Com base na pesquisa empírica, confirmando a nossa hipótese, obteve-se como resultado não somente a alta incidência de reprodução dos *relises*, como também as características listadas por Zamith (2019), o que contribui para o desencadeamento dos fenômenos estudados nesta pesquisa: “pós de verdade” e “jornalista sentado”.

O padrão de jornalismo praticado pelo FolhaMax e percebido neste estudo é o de mera reprodução do material das assessorias de imprensa do governo de Mato Grosso, sem o aprofundamento devido a partir do *relise*, enquanto sugestão de pauta, por meio do trabalho de apuração.

Apesar da aparente apresentação dos fatos como independentes, as notícias carregam um tom global positivo e favorável às ações do governo do estado. A estrutura das notícias segue o formato adotado pelas assessorias, com pequenas alterações na titulação da chamada ou com a substituição ou supressão de imagens, mantendo as adjetivações e a autopromoção incorporadas aos *relises*, confirmando que a construção da notícia veiculada no site se trata de uma cópia “*ipsis verbis*” (Zamith, 2019, p. 148) dos comunicados enviados à imprensa.

Dos 30 *relises* remetidos pelas assessorias de imprensa e coletados neste estudo, 25 passaram por uma sutil alteração no título e foram publicados como notícias creditadas à “Redação” do site. Os horários entre uma publicação e outra – algumas com diferença de apenas dois minutos, outras com mais de 24 horas –, demonstram que o tempo não é fator relevante para não se apurar o material do governo.

O que distinguiria a “notícia” do FolhaMax do *relise* da assessoria? Esperávamos por elementos como os do contraditório, logicamente ausente do material da assessoria, mas de elevada importância para uma notícia jornalística e, como demonstrado, visivelmente também ausente nos textos do site. Isso ocorre porque o *relise* é parcial, enviesado: traz apenas o que o autor da informação, seja pessoa, grupo, instituição, empresa, clube, partido, sindicato, quer que chegue ao público (Zamith, 2019).

Assim, ainda que não seja possível afirmar que os dados ou relatos trazidos pelos *relises* e reproduzidos pelo site jornalístico sejam fraudulentos – não sendo este o objetivo do trabalho –, as notícias “têm apenas um pouco de verdade, uns pós de verdade” (Zamith, 2019, p. 154). Este procedimento pode gerar desinformação, na medida em que ela, conforme Recuero (2024), prolifera nos vácuos informacionais, algo a ser aprofundado em estudos vindouros.

As publicações do site FolhaMax apresentam algumas lacunas, que, de acordo com a nossa análise, enquadram os resultados em [i] apressada publicação sem confirmação; [ii] a reprodução acrítica de declarações (“pé-de-microfone”) sem questionamento, sem investigação e sem recurso ao contraditório; [iii] o descarado *copy/paste* de notícias dos outros (rapinagem de conteúdos); e [iv] a reprodução *ipsis verbis* de comunicados de imprensa (Zamith, 2019).

De acordo com o autor (Zamith, 2019, p. 148), trata-se de “práticas que conduzem

a estes míseros ‘pós de verdade’ que encontramos no ciberjornalismo atual”, cenário no qual, segundo Zamith (2019, p. 154), ficou mais difícil fazer “a distinção entre o ‘trigo’ (notícias confiáveis) e o “joio” (‘notícias’ sem apuração jornalística séria e rigorosa)”.

A segunda categoria de enquadramento de resultados, a reprodução acrítica de declarações (“pé-de-microfone”), é o que se pode nomear de jornalismo declaratório. “Frequentemente, o jornalista não questiona nem comprova o que é declarado por uma fonte, negligenciando a sua obrigação profissional. Em vez da verdade, na sua plenitude, o que transmite é parte dessa verdade” (Zamith, 2019, p. 159).

Retomando a perspectiva inicial desta seção, a disputa por espaço na mídia, o que se espera dos jornalistas, independente de qual posição ocupem, é que atuem com profissionalismo “essencialmente crítico e independente” (Duarte, 2009), com compromisso ético como um bem social, representando e defendendo o interesse dos leitores. Por isso, a absorção de uma informação implica cada vez mais um exercício de prudência, desconfiança e verificação (Figueira e Santos, 2019) por parte de todos os pares (profissionais da imprensa e leitores).

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o jornalismo, bem como outras profissões inseridas na conjuntura do capitalismo, passa por um processo de precarização das relações de trabalho, contexto em que poucos profissionais precisam realizar múltiplas funções em redações cada vez mais enxutas. Essa perspectiva de uma produção jornalística apoiada em materiais de assessorias no cenário de Mato Grosso já foi objeto da inquietação de Coêlho *et al.* (2020).

Com esta pesquisa, ansiamos contribuir para as discussões relevantes na intersecção entre os “pós de verdade” e o jornalismo. Mesmo entendendo a relevância do debate relativo às informações enviesadas e/ou fora de contexto, ponderar a atuação da imprensa neste cenário pode incrementar a atuação das empresas jornalísticas e seus profissionais, campo de atuação tão fundamental ao fortalecimento da democracia.

Notas

[1] Este artigo é proveniente de uma dissertação defendida na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em 15 de setembro de 2023.

Artigo submetido em 04/03/2024 e aceito em 20/06/2024.

Referências

ARENDDT, H. Verdade e Política. *In*: ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mário W. Barbosa. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2022.
- BUCCI, E. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri-SP: Estação das Letras e Cores, 2019.
- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHAPARRO, M. C. Cem anos de Assessoria de Imprensa. *In*: DUARTE, J. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2009.
- DUARTE, J. Release: História, Técnica, Usos e Abusos. *In*: DUARTE, J. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2009.
- CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. **FENAJ**, 04 ago. 2007. Disponível em: <https://encr.pw/pCoYm>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- FERRARETTO, E. K. e FERRARETTO, L. A. **Assessoria de imprensa**: teoria e prática. São Paulo: Summus, 2009.
- FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**: manipulação, polarização e filter bubbles. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- MT se torna referência em inovações na infraestrutura e reduz desemprego. **FolhaMax**, 01 janeiro 2023a. Disponível em: <https://encr.pw/CnrxM>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BATALHÃO de trânsito arrecadou R\$ 16,1 milhões em multa em 2022. **FolhaMax**, 07 janeiro 2023b. Disponível em: <https://lnq.com/NI7Ho>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- HASWANI, M. F. Comunicação Governamental: em busca de um alicerce teórico para a realidade brasileira. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 4, p. 24–39, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138909>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em Jornalismo. *In*: LAGO, C.; BENETTI, M. (orgs.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MONTEIRO, G. F. A notícia institucional. *In*: DUARTE, J. **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**: teoria e técnica. São Paulo: Atlas, 2009.
- NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.
- PEREIRA, F. H. O Jornalista Sentado e a Produção da Notícia on-line no Correio Web. **Em Questão**, v. 10, n. 1, p. 95–108, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA JUNIOR, L. C. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. 3.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

RECUERO, R. Recomendações para lidar com a desinformação na mídia social em momentos de crise. **O desinformante**, 13 maio 2024. Disponível em: <https://desinformante.com.br/desinformacao-momentos-crise>. Acesso em: 21 ago. 2024.

RODRIGUES, L. Com Mauro Mendes, MT se tornou referência em inovações na Infraestrutura, redução de desemprego e gestão fiscal. **Secom MT**, 01 jan. 2023. Disponível em: <https://link.dev/ZwLq7>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVA, J. M. Fake News, a novidade das velhas falsificações. *In*: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. **As fake News e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**: manipulação, polarização e filter bubbles. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

SOUZA, W. Batalhão de Trânsito arrecadou R\$ 16,1 milhões em multas em 2022. **Polícia Militar de Mato Grosso**, 07 jan. 2023. Disponível em: <https://abrir.link/TuSrT>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ZAMITH, F. A comunicação política em forma de “notícias”: questões técnicas, éticas e legais. **Academia**, 2014. Disponível em: <https://encr.pw/klGx1>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ZAMITH, F. Pós de verdade: quando o (ciber)jornalismo se contenta com pouco. *In*: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. **As fake News e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**: manipulação, polarização e filter bubbles. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.